

Acordos salariais caem quase 40% no 1º semestre

Por Ana Conceição

Sob efeito da reforma trabalhista, caiu de forma expressiva o número de acordos e convenções coletivas fechados no primeiro semestre deste ano, na comparação com o ano passado.

Mas entre os tratos celebrados, aumentou a proporção dos que conseguiram aumentos reais de salários, ou seja, descontada a inflação.

Segundo o boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o número de negociações concluídas diminuiu 39,6%, de 13.146 para 8.483 no período.

A queda foi maior nas convenções coletivas (45,2%), que abrangem toda uma categoria, do que nos acordos (34%), que são feitos empresa a empresa.

Ao longo do ano, as negociações tornaram-se mais difíceis entre patrões e empregados.

No primeiro trimestre, a quantidade de negociações fechadas havia caído menos, 29%.

A base dos dados é o sistema Mediador do Ministério do Trabalho, onde os sindicatos registraram esses instrumentos.

Essa tendência de queda nas negociações em geral e em especial nas convenções vem sendo observada desde o início da vigência da reforma trabalhista, em novembro do ano passado, que trouxe itens polêmicos, como o fim do imposto sindical.

"A influência da reforma trabalhista na queda das negociações é clara em dois pontos: no fim do imposto sindical e na ultratividade dos acordos", diz Hélio Zylberstajn, coordenador do projeto Salariômetro.

No primeiro caso, diz, os representantes dos trabalhadores procuram incluir nos acordos uma cláusula de cobrança, o que tem sido negado pelas empresas.

INFORME

No segundo, com a vigência do negociado sobre o legislado, a chamada ultratividade - ou seja, a continuidade do acordo mesmo após o fim de seu prazo - precisa ser incluída nas negociações.

"Isso tem dificultado o fechamento de acordos", afirma Zylberstajn.

As categorias que não conseguem fechar acordos ficam sob a vigência da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem cláusulas adicionais que aperfeiçoem as normas trabalhistas.

Mas, na prática, diz Zylberstajn, as empresas têm mantido a convenção antiga, retirando cláusulas com as quais não concordam mais.

Ele acredita que, com o tempo, o número de negociações fechadas voltará aos níveis históricos.

Quanto à reposição salarial, entre as negociações fechadas no primeiro semestre, em 84,6% delas os reajustes ficaram acima da inflação no período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

No ano passado, a proporção foi de 79,1%. Já a proporção dos que tiveram reajustes abaixo do INPC - ou seja, que nem compensaram a inflação - caiu de 11,2% para 7,9% do total, do primeiro semestre do ano passado, para o mesmo período deste ano.

Em junho, a mediana dos aumentos reais dos acordos e convenções coletivas foi de 1%, um pouco acima dos reajustes registrados em maio (0,9%), abril (0,5%) e março (0,7%).

Em janeiro e fevereiro, os aumentos foram de 1% e 0,9%, respectivamente.

O boletim da Fipe ainda informa que 21 acordos de redução de jornada e salário foram celebrados no primeiro semestre, contra 94 nos seis primeiros meses de 2017.

(Fonte: Valor Econômico – 25/07/2018)

Indústria demite e se mantém em incerteza sobre o futuro

Demissões são reflexo do Custo Brasil, da paralisação dos caminhoneiros, da falta de investimento e da falta de crédito no mercado, avalia diretor da Ciesp

MILTON PAES • CAMPINAS

O polo de indústrias da área de abrangência do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) regional Campinas registrou 1.450 demissões no mês de junho de 2018. No ano é o segundo mês seguido com demissões. Em maio foram eliminadas 250 vagas.

Apesar da eliminação, em dois meses, de 1.700 vagas o saldo de postos de trabalho no acumulado de janeiro a junho de 2018 ainda é positivo em 1.150 contratações. No acumulado dos últimos 12 meses é de 1650 postos de trabalho. As demissões registradas em junho deste ano superaram o número de postos de trabalho eliminados em junho de 2017, que ficou em 750 demissões.

O nível de emprego no mês de junho de 2018 foi influenciado por variações negativas de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos com queda de 5,08%; Máquinas e Equipamentos de 5,24%; Produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos de 0,98% e Produtos de Borracha e de Material Plástico de 0,65%.

Custo Brasil

Para o diretor titular do Ciesp Campinas, José Henrique Toledo Corrêa, as demissões são reflexo do Custo Brasil, da greve dos caminhoneiros, da falta de investimento e da falta de crédito no mercado. "O Brasil tem muitos problemas, mas tem dois que chamam a atenção. O primeiro é o Custo Brasil. As empresas não suportam mais isso", disse. A máquina estatal gera tanto gasto para cidadãos e empresários que faz com que isso se reflita em toda a atividade produtiva, explica.

Segundo a avaliação de Corrêa, diante do Custo Brasil o empresário para de investir e a empresa evita crescer porque pode quebrar. Assim, prefere ficar pequena e demitir. O segundo ponto foi a greve dos caminhoneiros. "A greve parou com a economia e com o Brasil e acendeu um alerta muito grande e muita gente botou o pé no freio em relação a investimento. Para gerar emprego, precisa de investimento, precisa de dinheiro, além do fato da gente ter falta de crédito no mercado", aponta Corrêa.

INFORME

O primeiro vice-diretor do Ciesp Campinas, Alfeu Cabral, também aponta o Custo Brasil como um desestímulo aos empresários e alerta que no caso de Campinas muitas empresas estão saindo da cidade devido ao custo do IPTU com um crescimento de 30%. "Estamos debatendo com a prefeitura, pois a cada dia temos a informação que tem indústria saindo do nosso município. E tem mais empresas saindo do que entrando porque ao redor nós temos Paulínia, Jaguariúna e Holambra que não deram esse aumento absurdo de IPTU."

Cabral destaca que há indústrias pagando IPTU de cerca de R\$ 800 mil. "Junta isso a um governo do estado que aumentou de 500% a 700% o custo da licença ambiental", diz. A pesquisa de sondagem industrial elaborada pelo Centro de Pesquisas Econômicas da Facamp (Faculdades de Campinas) junto às empresas associadas ao Ciesp Campinas revelou que apesar do aumento das vendas, da produção e do nível de capacidade instalada no mês de junho muitos dos respondentes não pretendem realizar investimentos nos próximos meses.

Para o coordenador e economista do Centro de Pesquisas da Facamp, Rodrigo Sabbatini, há uma retomada do otimismo, mas a incerteza em reação ao futuro ainda é muito grande. "Aumentou o número de empresas que declararam aumento nas vendas, ou seja, há uma retomada do otimismo porque foi um mês melhor do que o mês anterior, mas também chama a atenção a incerteza com o futuro que permanece ainda muito alta e muitas empresas declararam que vão reduzir seus investimentos ou no mínimo não vão ampliar seus investimentos", afirma.

Intenção de investimento da indústria continua baixa em um cenário incerto

Apesar da melhora dos índices de produção e do otimismo em relação à demanda interna e exportações, incertezas na economia e impactos da greve adiam tomada de decisão das empresas

RICARDO CASARIN • SÃO PAULO

A intenção da indústria brasileira de investir segue em ritmo de queda, apesar do maior otimismo em relação à demanda interna e às exportações. O cenário de incertezas e a capacidade ociosa estão adiando novos aportes.

"O investimento é um compromisso de longo prazo, necessita de maior segurança. Desde o começo do ano, existe uma frustração com o ritmo de expansão e não há perspectiva de crescimento mais forte", avalia o economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcelo Azevedo.

INFORME

Divulgado pela entidade nesta terça-feira (24), a sondagem industrial de junho mostrou a 5º queda consecutiva do índice de intenção de investimento. Foi registrada recuperação da produção e dos estoques em relação a maio, mês fortemente afetado pela paralisação dos caminhoneiros. Porém, outros efeitos da greve ainda afetam a indústria.

“Houve uma melhora no estoque e na atividade, esses efeitos pontuais da greve já foram revertidos em junho. Mas há impactos mais duradouros, como alta do custo da matéria-prima e dificuldades com logística”, aponta Azevedo.

O economista e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), Mauro Rochlin, entende que as melhoras de junho foram apenas reposições das perdas com a greve. “A economia já vinha desacelerando antes e a greve consolidou essa tendência”, destaca.

Para o professor de economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais de São Paulo (Ibmec/SP), Walter Franco, a indústria entende que há uma recuperação, mas fatores macroeconômicos não trazem segurança para novos investimentos. “O empresário vê uma demanda fraca, problemas de logística, entre outros problemas.

Ainda há uma certa confiança, mas ele investe pouco, porque não está 100% seguro.” Azevedo tem uma leitura semelhante. “O empresário acredita que vai ter aumento da demanda de produtos e que vai comprar mais matéria-prima, mas dada a atual situação financeira, esse otimismo não se traduz em maior investimento”, assinala.

O economista sênior do Banco MUFG Brasil, Carlos Pedroso, destaca que a recuperação de junho não atingiu patamar anterior à greve, pelos impactos diversos para cada setor.

“Para bens duráveis, o produto foi entregue com atraso. Mas para bens não duráveis, como alimentos, houve perda de produção, como no caso do setor avícola, em que frangos morreram por falta de ração. Nesse caso, a recuperação não será tão rápida.”

Azevedo revela que a CNI está finalizando o processo de revisão de expectativas para o ano. “Há um viés de queda, sem dúvida. Além dos efeitos pontuais da paralisação, houve um impacto na confiança, que tende a ser mais duradoura e adia as decisões de investir e aumentar produção.”

Ele também cita o tabelamento do frete, o fim de créditos tributários como o Reintegra e a oscilação cambial como fatores de impacto negativo na atividade industrial. “A variação [do dólar] está muito grande, é terrível para o planejamento. Mesmo para quem exporta, não permite definir preços. Tornou-se uma grande preocupação para importadores e exportadores.”

INFORME

Pedroso afirma que, embora a perspectiva tenha piorado, a tendência de recuperação econômica se mantém. “O mercado já vinha revisando as projeções desde março.

O cenário de investimento ficou mais difícil, também por conta da capacidade ociosa e eleições.

Mas a trajetória de crescimento anterior à greve não foi interrompida.”

A sondagem mostrou que a utilização da capacidade instalada está em 66%, três pontos percentuais acima de maio. “Não é magnífica, em um ano de recuperação deveria estar superior. Mas é o melhor índice para junho desde 2014”, destaca Franco.

Mão-de-obra e crédito

A expectativa de emprego apresentou ligeira melhora em relação a maio, mas ainda abaixo do patamar de abril. “Não há perspectiva de grandes contratações e nem de demissões.

É muito caro demitir e treinar novos funcionários”, avalia Franco.

Na avaliação da indústria, também houve piora no acesso ao crédito. “Ficou mais difícil, tanto pelo lado do sistema financeiro, por haver um critério mais rígido, quanto pelo lado das empresas, que não estão investindo.

Não adianta ter taxa de juros baixa se não há demanda”, explica Pedroso.

O economista sênior do Banco MUFG Brasil prevê que variáveis do mercado podem dar maior peso ao crédito interno.

“Com a recuperação da economia, câmbio desvalorizado e aumento de juros lá fora, poderemos ver no próximo ano a competitividade do mercado doméstico crescer e trazer a perspectiva de um maior papel do crédito interno.”

(Fonte: DCI – 25/07/2018)